

«TRATA» DE PESSOAS: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A PROSTITUIÇÃO

Érico Marques de Mello*

INTRODUÇÃO



Trata-se de pesquisa sobre o trabalho escravo, verificado sob a forma do que se denomina “Trata” de pessoas. O presente trabalho tem o propósito de responder ao seguinte questionamento: como o Estado atua positivamente na “Trata” de pessoas?

O trabalho tem o propósito de discutir a criminalização e o controle migratório como medidas políticas para se lidar com a “Trata” de pessoas.

Como metodologia adotada o primeiro tópico serão analisados os aspectos conceituais da “Trata”; no segundo tópico será analisado a relação entre prostituição e “Trata”; por fim, serão analisados alguns aspectos sobre a condição pessoal da vítima, submetida a diversas formas de prostituição.

1 A “TRATA” DE PESSOAS E O PARADIGMA POLÍTICO

1.1 ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Por mais que a dignidade da pessoa humana apareça como princípio constitucional, como afirmação do sujeito na democracia, os fundamentos institucionais reais do direito ja-

*Mestre em Direito pela FADISP. Especialista em Ciências Políticas pela UnB. Advogado do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil – SINDIRECEITA. Anulo do programa de Pós-Graduação Internacional da Universidade Nacional de Buenos Aires.

mais afirmaram o homem digno. O resultado da democracia é justamente o inverso da vida digna. Desde a 2ª Guerra afirma-se existir uma ideia de novo enquadramento “humano”, mas que sempre esteve presente e nunca ultrapassou as barreiras da contemplação¹ teórica.

No caso da preocupação específica sobre a “trata” de pessoas é verificada desde 1949, sendo que há atualmente diversos movimentos contra a “Trata”, como forma de exploração humana. Em parte durante muito tempo se confundiu “Trata”, como tráfico para fins de prostituição, no sentido de restringir a “Trata” à própria exploração sexual.²

Toda construção democrática vigente – de afirmação do humano digno - foi concebida no Século XVIII e XIX. Os aspectos da pessoa humana, como a fraternidade e a liberdade não foram revolucionados após a 2ª Guerra Mundial. Em que pese a realidade alemã se destacar como evento excepcional, uma passagem negra na história da humanidade, todos os elementos teóricos de afirmação da pessoa humana já haviam sido construídos.³

1ARENT, Hanna. *A Condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 36.

2JORDAN, Ann. *Manual Derechos Humanos y Trata de Personas*. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 18: “El vínculo entre la Trata y la prostitución se solicitó aún más en las décadas siguientes, más claramente cuando se adoptó en la Convención de 1949. Ya nos hemos referido a este aspecto problemático en la página 19, bajo ‘Instrumentos primarios de los Derechos Humanos’. Los problemas creados por la confusión y el trato indistinto entre la Trata y la prostitución, aún hoy día se perciben en el activismo contra la Trata de algunas personas, organizaciones y gobiernos.”

3PAINE, Thomas. *Direitos do Homem*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2005. p. 125: “Quando nos referimos aos homens como reis e súditos, o quando o governo é mencionado sob as designações distintas ou combinadas de monarquia, aristocracia e democracia, o que cabe ao homem que raciocina entender por estes termos? Se existisse realmente no mundo dois ou mais elementos distintos e independentes de poder humano, deveríamos então contemplar as variadas origens às quais descritivamente se aplicariam esses termos; todavia, como existe apenas uma espécie humana, só pode haver um elemento do poder humano – elemento este que é o próprio homem. Monarquia, aristocracia e democracia não passam de criaturas do

Em meio a consolidação das teorias do ponto de vista filosófico e político dos direitos do homem, em pleno século XX, dentro de um Estado de Direito, buscou-se por meio tecnológico, métodos para tornar as mortes impessoais. Foi empregada complexa estrutura administrativa e industrial, para homicídio em larga escala dos judeus na Alemanha. O aparato estatal rigorosamente construído para um produto final denominado morte de pessoas que em tese estariam sob a tutela do Estado alemão.⁴

Conforme será demonstrado, a situação verificada da pessoa humana não sofreu alteração significativa. O exemplo do Estado Alemão da década de 40 foi o reflexo da modificação da própria estrutura econômica, que definiu parâmetros monetários, com exclusão da pessoa humana, nas relações concretas e é a mesma relação que possibilita a atual “trata” de pessoas. A valorização da condição política é descrita por Adam Smith, ao verificar que o trabalho, antes elemento de qualificação do indivíduo, caracterizado pela capacidade individual e subsistência, foi substituído por dinheiro, como elemento indispensável de acesso aos bens necessários à vida.

Ou seja, segundo Adam Smith o rompimento entre condição humana e condição política foi observada na qualificação do trabalho, ou seja, o homem como elemento determinante e capaz de se sustentar a partir do trabalho passa a ser qualificado como produto do seu próprio trabalho, em razão de algo parecido como monetarização das relações sociais.⁵

imaginário, das quais se poderia conceber mil tanto quanto três.”

4RAFECAS, Daniel. *Historia de la Solución Final: Una indagación de las etapas que llevaron al exterminio de los judíos europeos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. p. 211: “Allí confirmé personalmente lo que las múltiples protestas que había recibido por diversas vías señalaban acerca de las matanzas indiscriminadas, y se convenció de que habría que apelar a un nuevo método. Este giro condujo directamente al desarrollo de tecnologías de matar más impersonales. Fue entonces cuando la respuesta a su pedido, los furgones a gas, cobró fuerza y llegó a concretarse.”

5SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Tradução: Luiz João Baraúna. 1v. São Paulo: Nova Cultura. 1988. p. 71.

Originalmente o termo trata era empregado para uma forma específica de comércio de pessoas, em especial mulheres europeias. Os primeiros instrumentos internacionais, sobre “Trata” teriam relação específica com o traslado de mulheres europeias, movimento migratório, para fins de prostituição.⁶

A ideia de “Trata” de pessoas surge do período medieval e, até hoje, tem relação com a qualificação da pessoa como produto, algo comercializado, ou seja, em que pese o termo empregado não tenha tradução adequada para o português, há a relação direta entre escravidão e trata, afinal, são termos equivalentes.⁷

Dessa forma, o termo “trata” de pessoas adotado pelo idioma espanhol é uma adaptação do que se entende hoje por escravidão, que se inicia com o tráfico de pessoas, de diversas idades, para inúmeras finalidades, especialmente trabalho ou exploração sexual.⁸

6BELTRAND, Diego. Valores, Conceptos y Herramientas Contra la Trata de Personas: Guía para la Sensibilización. Bogotá: OIM, 2006. p. 10: “El siglo XIX en Occidente es el momento en el que comienzan a fraguarse una serie de valores culturales en los que la esclavitud y la trata son rechazadas de plano. A finales de este siglo nace el concepto de ‘trata de blancas’ para referirse al comercio de mujeres europeas hacia países árabes y orientales. El ascenso de las burguesías el poder, la conciencia de la ciudadanía y el discurso de los Derechos Humanos van generando una nueva conciencia colectiva que hace que los Estados europeos proscriban la práctica del comercio humano, sobre todo desde la perspectiva de proteger a sus poblaciones. Surge así, en 1904, el primer ‘Acuerdo Internacional para Suprimir la Trata de Blancas’; una primera legislación teñida de los valores moralizantes de la época que buscaba prohibir el tránsito de mujeres europeas entre fronteras para su empleo en la prostitución. Realmente no se pretendía proteger los Derechos Humanos de todas las personas objeto de comercio y explotación, si no de proteger el concepto de ‘moral pública’ y desde una perspectiva europea.”

7BELTRAND, Diego. Valores, Conceptos y Herramientas Contra la Trata de Personas: Guía para la Sensibilización. Bogotá: OIM, 2006. p. 10: “La esclavitud y la trata de personas son situaciones históricas que han acompañado al ser humano de forma diferentes y como expresión de distintas épocas en todos los continentes. El término ‘trata’ tiene una tradición que se remonta al período medieval, en el contexto de la lucha entre los reinos cristianos y musulmanes, cuando las personas adquirían la categoría de mercancía y bajo estas condiciones eran llevadas de un lugar a otro para su compraventa.”

8EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM,

Importante observar que Tráfico e Trata são conceitos distintos. O termo traficar seria empregado para indicar uma forma de comércio irregular, ou ilícito. Já a palavra “trata”, em que pese decorrer do tráfico de pessoas, indica uma qualidade de exploração da pessoa humana, no sentido de indicar um tipo de trabalho escravo.⁹

É importante identificar os parâmetros adotados para se definir a perda da humanidade, ou em que medida se afirmou uma orientação de natureza ética de exclusão e eliminação de vidas, pessoas. Restou constatado por Agamben que a “dignidade” não tenha tido relação com a humanidade, mas com um posicionamento social. Não se trata apenas de um perfil etimológico da palavra e sim o alcance prático.¹⁰

2006, p. 4: “Em esa época, se comenzó a utilizar el término tráfico humano o tráfico de personas para referirse al comercio internacional de mujeres y personas menores de edad, sin todavía alcanzarse una definición o concepto consensuado sobre este fenómeno. Tráfico de personas era la traducción textual al castellano del término ‘trafficking’ in persons de los textos en inglés, los cuales fueron traducidos e introducidos a Latinoamérica.

Como se verá adelante fue hasta finalizar el siglo XX que la comunidad internacional logró establecer una definición más precisa de la trata de personas.”

9Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 7: “En idioma español, la palabra traficar (...) se emplea más bien con referencia al comercio realizado irregularmente o a negocios indebidos en tanto que la palabra traficante tiene frecuentemente un sentido peyorativo. Según la Real Academia Española (...): traficar es hacer negocios no lícitos, movimientos o tránsito de personas por cualquier medio de transporte. Por otra parte, la RAE define la trata (...) como el tráfico que consiste en vender seres humanos como esclavos, y trata de blancas como el tráfico de mujeres, que consiste en atraerlas a los centros de prostitución para especular con ella. Para María Moliner, la trata, definida como tráfico, se emplea solamente en las expresiones siguientes: trata de blancas (...) y trata de negros: comercio de esclavos negros.”

10AGAMBEN, Giorgio. O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de Sítio). p. 73: “2.15. Tendo chegado a esse ponto, não nos surpreende que também o conceito de dignidade tenha origem jurídica, que desta vez, no entanto, nos remete à esfera do direito público. Aliás, já a partir da idade republicana, o termo latino *dignitas* indica a classe e a autoridade que competem aos cargos públicos e, por extensão, aos próprios cargos. Fala-se assim de uma *dignitas equestris, regia, imperatoria*. Nessa perspectiva, é muito ilustrativa a leitura do livro XII do *Codes Iustinianus*, que tem por título *De dignitatibus*. Ele preocupa-se com que a

Trata-se de termo com origem na idade média voltado para proteção de posição social dentro de um Estado determinada. Com o mesmo sentido há a aplicação do termo, pois a questão da dignidade não envolveu a humanidade, mas uma qualificação individual diante dos limites do próprio estado de exceção, a partir de um verdadeiro binômio “digno de viver” ou “indigno de viver”.

A questão do Judeu no Estado nazista se repete ao longo da história da humanidade, como um lugar comum. O aspecto de maior importância para a “Trata” é a questão do controle migratório das fronteiras, ou seja, a condição de estrangeiro em situação irregular. A flexibilização do controle das fronteiras é política que impacta na economia dos Estados nacionais, mas que não será revista. E é justamente pelo controle das fronteiras, que os Estados se comprometem a combater a “Trata”, enquanto na relação concreta participam do fomento da atividade. A forma como os Estados lidam com a migração demonstra a preservação do paradigma¹¹ de exclusão da pessoa.

1.2 A COMPREENSÃO DA “TRATA”

ordem das diferentes 'dignidades' (não só das tradicionais, dos senadores e dos cônsules, mas também do prefeito do pretório, do preposto do sagrado cubículo, dos guardiões das arcas públicas, dos decanos, dos epideméticos, dos metates e dos outros graus da burocracia bizantina) seja respeitada nos mínimos detalhes e com que o a cesso aos cargos (*a porta dignitatis*) seja proibido para aqueles cuja vida não corresponda à classe alcançada (quando, por exemplo, foram objeto de uma nota de censura ou de infâmia). Porém, a construção de uma verdadeira teoria da dignidade deve-se aos juristas e aos canonistas medievais. (...). A dignidade emancipa-se do seu portador e converte-se em pessoa fictícia, uma espécie de corpo místico que se põe junto do corpo real do magistrado ou do imperador; da mesma forma como Cristo a pessoa divina duplica seu corpo humano. Tal emancipação culmina no princípio, reiterado inúmeras vezes pelos juristas medievais, segundo o qual 'a dignidade nunca morre' (...)"

11KUHN, Thomas S.. A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva. 2007. p. 127.

1.2.1 A IDENTIFICAÇÃO DA “TRATA”

A questão essencial da “Trata” de pessoas é o tipo de exploração, que ocorre predominantemente em um contexto de trabalho. O tipo de exploração em que a vítima se vê obrigada e tem sua vida restringida a um tipo de relação de dominação.¹²

A “Trata” de pessoas é um dos principais problemas enfrentados atualmente, que decorre de uma forma de exploração que atinge mulheres, crianças e homens. A “trata” se localiza entre o trabalho e a exploração, aparentemente se apresenta como trabalho, lícito, mas em razão da forma como se desenvolve se torna ilícito. A “trata” de pessoas corresponde a forma atual de escravidão, em que há a violência e a violação de direitos fundamentais.¹³

As causas da “Trata” são as mais diversas, mas em regra são definidas por duas questões elementares: em primeiro lugar a condição peculiar da vítima, sem oportunidade no país de origem; em segundo lugar, pela restrição ou dificuldade migratória.¹⁴

12JORDAN, Ann. *Manual Derechos Humanos y Trata de Personas*. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 40: “La Trata de Personas no se refiere a un caso de trabajo en ‘sweatshops’ (...), en el cual se les paga menos de lo debido a los trabajadores, se les exige más resultados de lo normal y se les expone a condiciones difíciles, pero en el que dichos trabajadores son libres de ir y venir y de cambiar de empleo. Los derechos de estas personas son violados ante de ley laboral, y las condiciones económicas pueden obligarlos a permanecer en ese empleo, pero no son víctimas de la Trata.”

13EZETA, Fernanda. *La Trata de Personas Aspectos Básicos*. México, DF: OIM, 2006. p. 1: “Esta situación ha contribuido a aumentar la vulnerabilidad de millares de personas, sobre todo mujeres, niñas, niños y adolescentes, así como a exponerlas a ver víctimas de la trata de personas, principalmente con fines de explotación sexual y laboral. La trata de personas es un delito con terribles consecuencias, considerado como una modalidad contemporánea de esclavitud y como una forma extrema de violencia contra mujeres y niños que viola sus derechos humanos fundamentales.”

14Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 11: “a) Causas del tráfico y la trata

Los candidatos a la migración irregular recurrirán a los mecanismos de tráfico por

São inúmeras as formas de “Trata”, que em tese todas representam a escravidão moderna. Inúmeras condutas passíveis de enquadramento como “Trata” são identificadas, inicialmente, como trabalho forçado, prostituição, ou condutas passíveis de enquadramento dentro de interpretação analógica, para um tipo de domínio, de uma pessoa em relação à outra.¹⁵

Em que pese a variedade de formas de “trata” de pessoas, há hipóteses específicas: matrimonial; mão-de-obra barata; mulheres oferecidas como escravas; turismo sexual. As hipóteses são variadas, mas qualificam uma forma específica de exploração, que se identifica como escravidão moderna.¹⁶

diferentes razones, entre ellas, las enormes distancias a recorrer; la dificultad o imposibilidad de remontar las restricciones de la legislación migratoria de los países de destino; o las dificultades para adaptarse a la vida del país de destino, por ejemplo, encontrar alojamiento y empleos adecuados (...)”

15Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 44: “(...) Esos delitos conexos son, entre otros:

Esclavitud

Prácticas análogas a la esclavitud

Servidumbre involuntaria

Trabajos forzados u obligatorios

Servidumbre por deudas

Matrimonio forzado

Prostitución forzada

Aborto forzado

Embarazo forzado

Tortura

Trato cruel, inhumano o degradante

Violación o agresión sexual

Lesiones corporales

Asesinato

Secuestro

Confinamiento ilícito

Explotación laboral

Retención de documentos de identidad

Corrupción.”

16EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 5: “* Trata de mujeres para el mercado matrimonial, entre países asiáticos o desde Latinoamérica, Asia y África hacia Europa, Japón y los Estados Unidos.

* Caravanas de mujeres movilizadas en contra de su voluntad o bajo condición de trata e instaladas en las cercanías de bases militares para entretenimiento y uso

1.2.2 O ASPECTO MIGRATÓRIO

A questão geográfica se apresenta como aspecto de atuação predominante, que restringe a lugar contra exploração aos aspectos de regularidade de migração. A “trata” de pessoas não se restringe a questão geográfica, que diante da exploração precisa ser considerado aspecto secundário.¹⁷

No entanto, na prática há pessoas que manipulam vítimas pela divulgação da expectativa de uma vida melhor. Em tese as vítimas nem cumpririam o deslocamento migratório, mas o fazem pelo apoio de interessados em seus trabalhos.¹⁸

Em que pese a “trata” não se identificar pelo aspecto

sexual de oficiales y soldados.

* Mujeres en condición de trata explotadas como mano de obra barata y que trabajan sin ninguna protección laboral en sectores específicos como el empleo doméstico o la industria sexual.

* Mujeres ofrecidas como esclavas en sitios de Internet, donde se les promociona explicando su capacidad y resistencia al dolor, a la tortura y todo lo que puede hacerse con ellas.

* Miles de mujeres atraídas por un supuesto contrato de trabajo rentable y que terminan destinadas a burdeles o clubes nocturnos de diferentes lugares del mundo.

* Mujeres y niñas provenientes de áreas rurales que son vendidas y coaccionadas para llenar la demanda de turismo sexual.

* Anuncios y promociones turísticos sobre mujeres y niñas exóticas a las que se puede acceder fácilmente en un vuelo chárter con todo incluido.”

17 Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 19: “El protocolo nada dispone acerca del ámbito espacial de aplicación, por consiguiente, el delito de trata de personas podrá ser tanto de carácter internacional (...) como nacional (...). En efecto, si bien el paso por fronteras geográficas o políticas e veces es un aspecto de la trata de personas, ésta puede darse tanto a través de fronteras nacionales como dentro de ellas (...).”

18 JORDAN, Ann. Manual Derechos Humanos y Trata de Personas. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 40: “La Trata de Personas involucra la manipulación criminal de personas que desean o necesitan migrar para tener una vida mejor. Existe en donde se unen el crimen organizado (...) y la migración. Los migrantes son obligados por las complicadas y restrictivas leyes de migración a depender de terceros para que les ayuden a viajar. Si correr con fortuna, la persona es honesta; si no corren con fortuna, la persona resulta ser un tratante que utilizará todos los medios necesarios para asegurar la completa sumisión de la víctima a su voluntad.”

geográfico, o efeito migratório se apresenta como indicativo importante. O mais importante, na “trata”, seria o tipo de exploração em que pessoas, predominantemente crianças e mulheres, são submetidos. A trata pressupõe um tipo de exploração que não pode se restringir a peculiaridade na atividade migratória, mas predominantemente é caracterizada pelo aspecto migratório também.¹⁹

O problema verificado na “trata” tem relação com a forma como a exploração ocorre na prática, em que milhares de pessoas migram para outros países, 80% mulheres, e 50% crianças. As vítimas da trata são submetidas a uma condição peculiar de exploração.²⁰

Observa-se ainda que muitas das pessoas que migram para os Estados Unidos são vítimas a “Trata”. Aponta-se que todos os anos entre 1500 a 17500 pessoas entram nos EUA como vítimas da “trata”. Tais pessoas são provenientes da América Latina e da Ásia.²¹

19Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 16: “Como resultado de ello la normativa internacional destinada a reglamentar las migraciones internacionales, en su aspecto de lucha contra el tráfico y la trata de migrante fue tratada desde una perspectiva jurídico-penal, en su vertiente de lucha contra el delito organizado internacional, en detrimento de una legislación con un espíritu basado en unas perspectivas social, económica, laboral o demográfica. Esto es, la trata de migrantes que, como ya se ha indicado, contiene un elemento de explotación, queda comprendida en el tema más amplio de la trata de personas en general, y de las mujeres y niños en particular. El tráfico ilícito de migrantes, en cambio, se aborda en un instrumento por separado.”

20EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 6: “De acuerdo con el informe Anual sobre Trata de Personas del Departamento de Estado de Estados Unidos, cada años entre 600,000 y 800,000 personas cruzan las fronteras internacionales como víctimas de trata; de esta cifra el 80 por ciento son mujeres y niñas y el 50 por ciento son personas menores de edad.”

21EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 15: “Como es bien sabido, Estados Unidos es para muchos un destino anhelado. Cifras oficiales consideran que anualmente entre 1,500 y 17,500 personas entran a país como víctimas de trata. El primer lugar lo ocupan personas provenientes del Sureste Asiático con cerca de 7.000 víctimas; el segundo los países latinoamericanos con alrededor de 5,500 personas. Sin embargo, cuando se habla de trata de personas para fines sexuales la cifra que menciona el propio Departamento de

Dessa forma, em geral a “Trata” tem origem no engano das vítimas. Isso porque, na prática, as pessoas são transportadas por livre e espontânea vontade. Por meio do engado, a vítima é submetida a forma de escravidão e poder, pois recebe uma proposta de trabalho, mas que acaba aceitando a forma de exploração.²²

1.2.3 “TRATA” COMO ESCRAVIDÃO

A questão essencial, indicada neste texto, é a compreensão da nova forma do que vai além de um comércio de pessoas. A forma como milhares de pessoas são vendidas, para as mais diversas finalidades e expostas a condição de total vulnerabilidade.²³

Dessa forma, a “trata” tem forte relação com a exploração de pessoas, por meio de critérios econômicos, mediante a exploração de vítimas, predominantemente, na prostituição. Trata-se de conceito que tem origem no tráfico de pessoas em caráter transnacional, mas que na prática se apresenta com forma de escravidão.²⁴

Estado de Estados Unidos es devastadora: entre 5,000 y 50,000 mujeres, niñas y niños son explotados/as anualmente en la industria sexual de ese país.”

²²Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 26: “De esa manera, en el Protocolo se admite que el ejercicio de la libre voluntad de la víctima a menudo se ve limitado por la fuerza, en engaño o el abuso de poder.”

²³EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 6: “Debido a su naturaleza clandestina y a la falta de consenso en la definición y comprensión de este fenómeno, resulta sumamente difícil establecer con precisión cifras o estadísticas. No obstante, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) estima que, a nivel mundial, cada año aproximadamente un millón de hombres, mujeres, niños y niñas son engañados, vendidos, coaccionados o sometidos a condiciones semejantes a la esclavitud bajo distintas formas y en diversos sectores construcción, maquila, agricultura, servicio doméstico, prostitución, pornografía, turismo sexual, matrimonios serviles, niños soldados, tráfico de órganos, venta de niños, entre otros, siendo las mujeres, las niñas y los niños el sector más vulnerable.”

²⁴Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York,

A “Trata” de pessoas²⁵ é uma forma de escravidão moderna, em que as vítimas são visíveis e devem ser identificadas, em que pese se tratar de um problema oculto. As condutas identificadas como “Trata” de pessoas podem ser verificadas em situações de trabalho gerais, das mais variadas, ou na prostituição. O que determina é a atividade forçada, considerando a condição pessoal da vítima.²⁶

A questão da escravidão não se restringe à exploração para fins de prostituição. A “trata” tem relação com o trabalho, em caráter imediato. Em geral o traslado decorre na qualidade de mão de obra, envolvendo homens, mulheres e crianças.²⁷

1.3 A “TRATA” EM SI

É possível a indicação de 10 princípios básicos sobre a “Trata”. O primeiro seria o de maior prioridade aos direitos

2007. p. 7: “En la trata de personas, la fuente principal de ingresos para los delincuentes y el motivo económico impulsor del delito es el producto obtenido con la explotación de las víctimas en la prostitución, los trabajos forzados u otras formas de abusos. En el caso del tráfico ilícito, el precio pagado por el migrante ilegal es la fuente principal de ingresos y no suele mantenerse ninguna relación persistente entre el delincuente y el migrante una vez que éste ha llegado a su destino. La otra gran diferencia entre el tráfico ilícito y la trata es que el primero es siempre de carácter transnacional, en tanto que la trata puede serlo o no.”

25Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 123: “La trata de personas es una forma de esclavitud muy extendida en la vida moderna. Aunque a nivel social es en gran medida un problema oculto, muchas de las víctimas son perfectamente visibles si se sabe cómo mirar.”

26Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 123: “La trata de personas no es simplemente la prostitución forzada. Sus víctimas también pueden encontrarse en situaciones laborales forzadas como sirvientes domésticos (...), trabajadores de talleres clandestinos, porteros, trabajadores de restaurantes, trabajadores agrícolas migrantes, trabajadores en faenas de pesca, trabajadores de la industria hotelera y turística; así como mendigos.”

27Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 16: “No es solamente la trata de mujeres con fines de prostitución la que puede conducir del consentimiento a la esclavitud. También hay casos de hombres captados para trabajar en la construcción, que dieron su consentimiento para lo que creían que sería un empleo temporal legítimo y acabaron viéndose atrapados en el lugar de trabajo, sin pago ninguno y siendo objeto de malos tratos físicos.”

humanos. O segundo seria dever de resposta adequada de todos os Estados. Análise mais ampla sobre “Trata”, com a qualificação devida, de trabalho escravo, sem restrição terminológica. Em quarto, separar a criminalização adequada dos exploradores, do apoio institucional devido às vítimas. Em quinto, apoio das vítimas peculiar, conforme a necessidade do caso concreto, com descriminalização, por eventuais situações de irregularidade migratória. Em sexto, apoio adequado às vítimas, com visto de acolhimento e tratamento médico. Em sétimo, visto peculiar concedido as vítimas, para repatriação. Em oitavo, repatriação planejada, considerando eventual envolvimento das vítimas com crimes organizados. Em novo, atenção especial com as crianças. Por fim, análise das causas da “Trata”, com combate da pobreza, discriminação e racismo.²⁸

28JORDAN, Ann. Manual Derechos Humanos y Trata de Personas. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 86: “En su discurso en la Conferencia sobre la Trata de Mujeres en la Federación Internacional de Abolicionistas, Robinson enumeró diez principios básicos a ser considerados al combatir la Trata de Personas:

(...)

Primero: Se deberá dar la más alta prioridad a la protección de los Derechos Humanos y la dignidad de las personas objeto de Trata y las personas en la prostitución.

Segundo: los gobiernos tienen que aceptar la responsabilidad por el problema de la Trata de Personas y por el desarrollo e implementación de respuestas apropiadas.

(...)

Tercero: la definición del término ‘Trata’ en las leyes, políticas y programas no se debe restringir a la explotación sexual sino que ebe ser lo suficientemente amplia para que abarque otras propósitos identificados, sin ambigüedad, tales como el trabajo forzado o en cautiverio, y demás prácticas afines a la esclavitud.

Cuarto: Los tratantes y sus colaboradores deberán ser perseguidos y castigados en forma apropiada, dándole atención completa a los derechos del debido proceso y sin comprometer los derechos a las víctimas.

Quinto: Las personas objeto de Trata no deberán ser criminalizadas por la ilegalidad bajo coerción de su entrada o residencia en países de tránsito y destino, o por las actividades que desempeñan bajo coerción como consecuencia de su condición de personas objeto de Trata.

Sexto: A las víctimas de la Trata de Personas, incluso a aquellas con estatus ‘irregular’ de inmigración, se les deberá otorgar protección y la atención física y mental necesaria, por parte de las autoridades del país receptor.

Séptimo: A las víctimas de la Trata de Personas asistencia legal y demás, en le

A “Trata” de pessoas é definida por fases específicas. Em primeiro lugar, engano, em geral as pessoas são seduzidas diante de possível oportunidade de trabalho ou emprego. Em segundo lugar, o traslado, pela atividade de migração; por fim, a efetiva exploração. O tráfico corresponde a uma parte do processo e não pode reduzir o conceito de “Trata”, pois mais que o engano ou a atividade de migração, há uma forma peculiar de exploração.²⁹

transcurso de cualquier acción criminal, civil u otra contra los tratantes/explotadores. Se deberá animar a las autoridades gubernamentales para que concedan permisos de residencia provisionales o permanentes, al igual que un albergue seguro durante el transcurso de los procesos legales.

Octavo: Deberá asegurarse el retorno seguro de las víctimas, en vez de la repatriación automática, particularmente en aquellos casos en que esté involucrado el crimen organizado.

Noveno: Las mujeres y los niños no deben ser tratados de la misma forma en el proceso de identificación, rescate y repatriación. Los niños tienen derechos y necesidades especiales que deben ser reconocidos y protegidos.

Y por último: deben realizarse esfuerzos para atender las causas de la Trata de Personas de raíz, incluyendo la pobreza, la desigualdad, la discriminación y el racismo” 29EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 20: “Como puede observarse a diferencia del tráfico, la trata de personas es un crimen mucho más complejo que, generalmente, transcurre en tres fases esenciales:

Fase 1: Enganche

El tratante recluta a la víctima de forma indirecta mediante anuncio en medios impresos, contactos por internet, referencias de familiares o conocidos, supuestas oportunidades de empleo, agencias de reclutamiento, ofrecimiento de cursos, agencias de viajes, escuelas, cantinas, manipulación sentimental a través del noviazgo o matrimonio, entre otros. (...)

Fase 2: Traslado

Una vez reclutada la víctima habrá de ser trasladada al lugar de destino donde será explotada. Esto puede ser a otro punto dentro del mismo país (...) o a otro país. En este caso el traslado se puede hacer por aire, mar y/o tierra, dependiendo de las circunstancias geográficas. El itinerario e incluso la explotación puede pasar por un país de tránsito o ser directo entre el país de origen y el de destino. Las fronteras se pueden cruzar de forma abierta o clandestina, legal o ilícitamente.

Fase 3: Explotación

(...)

Lo anterior no significa que, por ejemplo, todos los casos de prostitución, turismo sexual o abuso infantil sean casos de trata. (...)

Una vez que la víctima es engañada con promesas de trabajos bien remunerados o

Em suma, a “trata” é influenciada pela expectativa migratória, de pessoas carentes, sem expectativa de trabalho e que acabam migrando para atividade informal em condições precárias. Em parte a verificação da trata ocorre no trabalho, na relação concreta.³⁰

A questão do trabalho é essencial não apenas pela condição da vítima nos países de origem. Por um lado o trabalho é atividade condicionada a formalidades, por outro lado o trabalho irregular do migrante define um tipo de dependência peculiar, inerente à “Trata”. Em parte a vítima não tem alternativa, pois não pode regressar ao país de origem, e em parte a vítima não pode desenvolver regularmente atividade profissional, diante da condição pessoal a qual é submetida.³¹

bien, amenazada o coaccionada, se le somete para desarrollar actividades (...) que permitan su explotación. O bien se requisan sus documentos, o le cobran los gastos de traslado a otro se requisan sus documentos, o le cobran los gastos de traslado a otra ciudad o país. De esta forma crean una deuda y la consiguiente relación de dependencia, ya que las víctimas nunca podrán llegar a ganar lo suficiente como para pagar la deuda a los captores. Ello. Aunado a abusos, golpes, violaciones, chantajes y amenazas se convierte en una explotación dolorosa y prolongada.”

30Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 1: “Una de las grandes corrientes migratorias de fines del siglo XX corresponde a los sectores más pobres, subempleados, desempleados o excluidos de los mercados de trabajo de los países de origen que van a ocupar en la sociedad receptora empleos en el sector informal, empleados precarios o que son rechazados por los trabajadores locales (...).

La migración de estos flujos desde los países periféricos a los centrales responde a un conjunto de factores macroestructuras tales como el desequilibrio entre los países desarrollados y en desarrollo, las diferencias en los salarios y empleos y la segmentación de los mercados de trabajo. (...)”

31Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas. p. 4: “En cuanto a los casos de migración irregular no imputables al trabajador migrante, algunos ejemplos son: a) el despido antes del término establecido en su contrato, o b) cuando el empleador no cumple con las formalidades necesarias para emplear a un trabajador extranjero (...).

b) Factores de expulsión y de atracción.

Las modalidades que pueden adoptar la migración irregular estarán determinadas por los factores que la originan. La dinámica, por su parte, variará según los casos: 1) el migrante intentará ingresar al país de destino e insertarse en el mercado de trabajo por sus propios medios, o 2) sirviéndose de los mecanismos de tráfico o 3) aun de la trata de personas.”

A “Trata” tem relação com ações específicas de captação e traslado de pessoas, posteriormente submetidas – por força e coação – pela condição de vulnerabilidade e exploração, ao trabalho escravo. A trata, então, é uma forma de exploração, de domínio pessoal, que tem relação com prostituição, trabalho escravo e inúmeras formas de subjugação.³²

O Estado reconhece a “Trata” de pessoas como importante problema verificado, bem como a necessidade de providências específicas, para minimizar danos, entretanto sem providências concretas. A visão estética do mundo é preservada pela ignorância do homem, ou pela sua enfermidade de permanecer passivo, diante dos acontecimentos de deliberações políticas. A noção de certo e errado, de justo ou injusto, acabe como critério da comunicação, que é estabelecido.³³

Em outras palavras, há a “contemplação”, em que as pessoas observam o mundo de forma passiva sem participar da sua realização, como padrão de consenso e de governo da comunidade. Um governo que se impõe em uma compreensão da realidade definida na passividade de quem deveria construir a realidade e participar dos acontecimentos.³⁴

32Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. 2º: “* La acción de captar, transportar, trasladar, acoger o recibir personas.

* Recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza, a la coacción, al rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a la concesión de pagos o beneficios a una persona que tenga autoridad sobre la víctima.

* Con fines de explotación, lo que incluye la explotación de la prostitución ajena, la explotación sexual, los trabajos forzados, la esclavitud o prácticas análogas a la esclavitud y la extracción de órganos.”

33RANCIÈRE, Jacques. El espectador emancipado. Traducción: Ariel Dilon. Buenos Aires: Manantial, 2011. p. 19: “(...) Estas oposiciones – mirar/saber, aparência/realidad, actividad/pasividad – son todo menos oposiciones lógicas entre términos bien definidos. Definen convenientemente una división de lo sensible, una distribución a priori de esas posiciones y de las capacidades e incapacidades ligadas a esas posiciones. Son alegorías encarnadas de la desigualdad. (...)”

34Idem. Ibidem. p. 11. A superação da passividade é uma questão fundamental, para muitos, pedra angular da democracia, vide NEGRI, Antônio e HARDT, Michael. Multidão: Guerra e Democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 169.

É esteticamente adequado enxergar objetivos políticos racionais, ou meta política de governo. A necessidade política de um Estado como solução para proteção da ordem, ou benefício geral. Sem embargos, é necessária a compreensão da realidade, para perceber que o homem não foi afirmado, nem será, seja na Constituição, seja no Direito. A participação na democracia nunca foi uma possibilidade para todos os homens, como não é para a pessoa submetida à “Trata”.³⁵

2 A PROSTITUIÇÃO E A “TRATA”

2.1 A IMPORTÂNCIA DA PROSTITUIÇÃO

Como consequência da “trata”, em que pese se tratar de vítimas exploradas para fins de trabalho, quase 100%³⁶ de todas sofrem exploração para finalidade sexual, em especial crianças e mulheres. Por exemplo, no Brasil aproximadamente 500 mil meninas se dedicam à prostituição, muitas trabalham na exploração de minas na Amazônia, na prostituição.³⁷

A forma de escravidão observada manifesta-se predominantemente na exploração sexual. A exigência de mecanismos de proteção, favoráveis para afirmação dos Direitos hu-

35Para Foucault a própria pessoa se submete ao padrão estético, com ruptura entre um valor moral, considerado estético, e um valor de verdade. Vide FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. 2v. O Uso dos Prazeres. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12 ed. São Paulo: Graal, 2007. p. 85.

36EZETA, Fernanda. *La Trata de Personas Aspectos Básicos*. México, DF: OIM, 2006. p. 6: “Por su parte, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) señala que del total estimado de personas sometidas a trabajos forzados como consecuencia de la trata (calculado por ese organismo en 2.50,000) alrededor de 56% de las víctimas de trata con fines de explotación económica o laboral son mujeres y niñas y el % restante son hombres y niños. Asimismo, en el caso de trata con fines sexuales una abrumadora mayoría del 98% es ocupado por mujeres y niñas.”

37EZETA, Fernanda. *La Trata de Personas Aspectos Básicos*. México, DF: OIM, 2006. p. 9: “En Brasil, cerca de 500,000 niñas, muchas de ellas víctimas de trata, se dedican a la prostitución. Muchas de ellas también son llevadas a las minas de oro de la Amazonia.”

manos e combate à trata, é verificado na exploração sexual.³⁸

A principal questão da “trata” de pessoas é a prostituição, que se apresenta como aspecto central. Não é possível uma discussão adequada da “Trata” de pessoas, sem se levar em consideração a prostituição e a relação estabelecida encontra como ponto a exploração sexual, que – em razão da prostituição – muitas vezes se confunde com a própria “Trata”.³⁹

Poucas coisas são tão reveladoras para a exclusão da pessoa humana, como a prostituição, que se insere na própria forma de dominação política. No controle normativo o Estado se torna detentor da vida deste sujeito – não mais pessoa de direito -, que antes era capaz de reivindicar sua condição perante a estrutura democrática de governo. No caso da prostituição, se há o espaço de reivindicação do indivíduo, este espaço é aparente, diante da biopolítica, apresentada como verdadeira condição estética em que o sujeito é inserido.⁴⁰

Diferente do que se imagina a questão não é a cidadania

38Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 23: “Además de la Convención contra la Delincuencia Organizada y sus Protocolos, hay una serie de textos jurídicos internacionales que forman parte del marco jurídico internacional relativo a la lucha contra la trata de personas. Entre ellos figuran los documentos de derecho humanitario, de derechos humanos y otros textos de aplicación general, los dirigidos a combatir la trata o la esclavitud en general y los referentes a la esclavitud o la trata en relación con la explotación sexual. A continuación se enumeran esos textos principales, y se indican los sitios de Internet en los que pueden consultarse electrónicamente.”

39LOZANO, Sandra Milena Cardozo. Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution. p. 10: “Prostitution and trafficking in women is a topic increasingly discussed in the international arena. Indeed, although prostitution is the central issue of this article, and although the theoretical perspective develops according to prostitution, the problematic under analysis and my purpose is to analyse the relationship between prostitution trafficking and the discussion of prostitution within an trafficking debate. (...)”

40CASTRO, Edgardo. Diccionario Foucault: temas, conceptos y autores. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. p. 142: “(...) comprender la noción de estética de la existencia como modo de sujeción, es decir, como una de las maneras em que el individuo se encuentra vinculado a un conjunto de reglas y de valores (...). Un individuo, entonces, acepta ciertas maneras de comportarse y determinados valores porque decide realizar em sua vida la belleza que ellos proponen. (...)”

ou ausência de cidadania, trata-se da biopolítica como expressão de poder do Estado. Não é a cidadania que determina algum tipo de prerrogativa do indivíduo perante o Estado. Se os parâmetros teóricos de afirmação da pessoa humana foram observados como um novo direcionamento político, das revoluções americana e francesa, a história demonstrou que na prática a pessoa comum viveu a negação da sua própria existência.⁴¹

2.2 ENTRE A REGULAMENTAÇÃO E A EXPLORAÇÃO

A prostituição se localiza em um ponto crucial, entre a liberdade individual e a vitimização. Por um lado, afirma-se a liberdade individual de pessoa em relação ao próprio corpo. Por outro lado, fomenta-se a “Trata” de pessoas e se justifica a condição de escravidão, por meio da prostituição, a qual muitas pessoas são submetidas.⁴²

A ideia de regulamentação⁴³ da prostituição estabelece

41RAFECAS, Daniel. *Historia de la Solución Final: Una indagación de las etapas que llevaron al exterminio de los judíos europeos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. p. 208: “La ideal del gaseamiento como método de asesinato masivo no era nueva. Durante 1940, los primeros ocho meses de 1941, Hitler había autorizado esta metodología siniestra para liquidar a todos los ‘portadores de una vida que no merecía ser vivida’ y mejorar de ese modo el perfil racial del pueblo alemán.”

42LOZANO, Sandra Milena Cardozo. *Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution*. p. 112: “Abolitionists regard prostitution as a human rights violation and as a form of sexual exploitation, therefore, women in prostitution are victims. This Coalition believes that sexual exploitation is a manifestation of power over women and a practice which abuses and subordinates women’s sexuality and/or violates their physical integrity (...). From the late nineteenth century to the mid-1980s, UN Conventions and international campaigns to prevent the trafficking of women were supported by the abolitionist perspective. This dominant angle defines prostitution as a violation of human rights and aims to abolish prostitution itself.”

43LOZANO, Sandra Milena Cardozo. *Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution*. p. 139: “The second feminist interpretation of prostitution is regulationism. Regulation requires the establishment of special state agencies to control prostitution (...). In other words, regulationism accepts prostitution as a form of labour and offers to prostitutes guarantees of

a divulgação de um parâmetro de controle, no sentido de promover a qualificação da liberdade individual como trabalho, dentro de garantias de eliminação da exploração e da “Trata”. A “Trata” de pessoas é problematizada de forma ainda mais grave, no caso da exploração sexual, em que as medidas políticas de combate se confundem uma a própria luta contra a prostituição.⁴⁴

O problema tem grande relação com a prostituição, ou com a regulamentação ou proibição da atividade de prostituição. A prostituição impõe uma condição que na relação concreta se apresenta como modo de escravidão.⁴⁵

Um dos problemas de maior importância é a prostituição considerada liberdade/prerrogativa individual. Os movimentos feministas, em parte, defendem a liberdade de afirmação individual da prostituição, enquanto a realidade atual demonstra que a prostituição é uma atividade que direta e indiretamente fomenta a “Trata” de pessoas, como forma de escravidão.⁴⁶

protection without the total elimination of sexual exploitation.”

44EZETA, Fernanda. *La Trata de Personas Aspectos Básicos*. México, DF: OIM, 2006. p. 5: “Los discursos sobre la ‘trata de blancas’ fueron utilizados y hasta cierto punto monopolizados por el movimiento abolicionista de la prostitución, cuya lucha se centraba en su erradicación al considerarla una forma de esclavitud de la mujer. Sus acciones se cristalizaron en la agenda mundial a través de diversos acuerdos internacionales para la supresión de la Trata desarrollados desde 190 y hasta 199, año en que la Asamblea General de las Naciones Unidas aprobó el Convenio para la represión de la trata de personas y la explotación de la prostitución ajena.”

45LOZANO, Sandra Milena Cardozo. *Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution*. p. 21: “Since its inclusion within the international arena, the whole debate around trafficking has focused on the abolition of prostitutions; this issue still remains central to the current discussion on ‘elimination trafficking’. Therefore, it is necessary to deconstruct the anti-‘trafficking’ prevalent discourse which focuses on prostitution construed as a denial that some women in the sexual market are doing this activity in slavery conditions, but it should neither be denied that it is possible to ‘choose’ prostitution as an economic activity.”

46LOZANO, Sandra Milena Cardozo. *Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution*. p. 30: “The debate on prostitution was started by the abolitionist feminist in the late 1980s; their’s was the

2.3 O COMBATE DA PROSTITUIÇÃO

A repercussão internacional da exploração sexual enfrenta inúmeras limitações que não estão apenas no tráfico de pessoas, em que pese o tráfico de pessoas se qualificar como problema de maior gravidade. A condição de escravidão só pode ser combatida por meio de práticas específicas de repressão séria de toda forma de fomento da prostituição. A conduta individual não pode ser criminalizada, mas toda e qualquer forma de fomento precisa ser, desde os pequenos clientes, até os traficantes, e exploradores (tratantes).⁴⁷

Quando se combate a “Trata” se enfrenta um problema internacional, em que os aspectos aparentemente locais estão inseridos em contexto que exige atuação ampla. A forma como a prostituição é inserida em um mercado de consumo, que demanda uma análise global, de um mercado de consumo que não pode ser localizado pelas peculiaridades verificadas no caso concreto.⁴⁸

position of the international women’s movement of the end of the 19th century. They asked for the political recognition and condemnation of prostitution as an activity of female slavery, as the main manifestation of trafficking. When ‘trafficking’ entered in the global agenda through international agreements, it was institutionalized in the international arena; it was and is still an issue discussed by different actors: multilateral and international organizations, states, NGOs and the feminist civil society.”

47LOZANO, Sandra Milena Cardozo. Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution. p. 125: “The identification of international instruments is important because convention and treaties express the official interpretation of trafficking by conceptualizing, defining, discussing and debating the issue. The interpretation of this phenomenon focuses on prostitution and its abolition is followed by many states to incorporate international understandings of trafficking. Consequently, if there is an understand about why states interpret trafficking focusing on prostitution, it is important to know where definitions and interpretations come from; the answer is easy: from international instruments.”

48ACERO, Misael Tirado. Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes – Escena en Colombia. p. 20: “La comunicación a través de lo denominado ‘virtualidad’ hace que el mundo esté interconectado en tan solo un instante; si bien esta posición es ventajosa, estos mismos medios sirven para invadir la privaci-

Exploração sexual deve ser considerada como aspecto de total relevância para combate da “Trata” de pessoas. A forma como o Estado vai lidar do ponto de vista interno tem total relevância para se enfrentar o fenômeno.⁴⁹

No caso, há a localização da atividade de prostituição dentro de um critério de mercado, baseada no lucro. A forma como a atividade de exploração da prostituição ocorre na prática determina a exploração pessoal. A redução de riscos é uma meta, que só se torna possível com a eliminação da própria atividade de exploração e fomento da prostituição.⁵⁰

Dessa forma, por mais que não seja possível a criminalização da atividade de prostituição, toda atividade de fomento

dad, para permearse en la ‘sociedad líquida’, en la ‘sociedad de consumo’, que va mas allá del trabajo y del simple relacionamiento hacia el ocio, bien sea productivo o no. (...)”

49ACERO, Misael Tirado. *Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes – Escena en Colombia*. p. 14: “El tema de la Explotación Sexual, comercial o no, es y debe ser de suma importancia, ya que siendo un fenómeno de carácter remoto y subterráneo, es sólo a partir de los años noventa que se convierte en un asunto de importancia mundial (...), a pesar de que existen pocos resultados en cuanto a mejora las condiciones de vida de los menores. Por tanto se hace necesario fortalecer lazos entre los diferentes países a fin de poder hacer frente al problema de manera más eficaz y articulada, crear acuerdos, facilitar la interacción, la cooperación y formular políticas donde se priorice la inversión en este aspecto. Lo anterior arroja como resultado la urgencia en el abordaje de la problemática desde el concurso de los Estados, la sociedad civil, los individuos y especialistas e investigadores interdisciplinarios en la temática. Cada país sabe cómo ejercer una solución y cómo enfrentar el fenómeno, según su contexto, sus especificidades territoriales, su mancomunada a inter-institucionalmente más sobre idiosincrasia. Se sugiere el polo de la demanda, trabajar creando mecanismos que permitan eliminar de manera definitiva la explotación sexual infantil, la cual aparece como si fuese ‘solamente’, la punta del iceberg.”

50LOZANO, Sandra Milena Cardozo. *Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution*. p. 120: “Recognizing prostitution as paid work would mean that a prostitute is entitled to benefits and rights, improving their living conditions as workers, and reducing risk, violence and sexual exploitation that might they be exposed to (...) Consequently, prostitutes will be less likely to feel conflict about their choices and self-determination. I agree that if we see this activity as ‘sex workers’, it is possible to articulate and link women’s common interests with efforts ‘against the devaluation of women’s work and gender exploitation within capitalism’ (...)”

deve ser criminalizada, inclusive atuação de pequenos clientes, que na prática não representam atividade danosa, mas que participam de forma significativa do fomento e da própria exploração da pessoa, pela “trata”.

3 ENTRE O COMBATE DA “TRATA” E A PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS

3.1 O COMBATE DA “TRATA”

Do ponto de vista formal, há rigor criminal para a conduta identificada como “Trata”, no sentido de que a sanção penal prevista é considerada elevada, ao mesmo tempo em que há o reconhecimento de que haja a necessária eficácia, não apenas do ponto de vista criminal, mas especialmente no amparo das vítimas.⁵¹

A ideia de combate do ponto de vista formal justifica o amparo da vítima e criminalização dos exploradores. Sem embargos, o combate em geral se restringe, na prática, às ações voltadas para limitar a liberdade individual, pessoal, seja da vítima, na escolha, ao mesmo tempo se criminaliza do tipo de exploração.⁵²

51Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 39: “Podrá ser castigado con una pena entre ocho y veinte años de prisión todo aquél que cometa un delito de trata de personas en las condiciones previstas en el artículo 600 o que, con el propósito de cometer alguno de los delitos mencionados en el primer párrafo de dicho artículo, induzca por engaño u obligue con violencia, amenazas, abuso de autoridad o aprovechándose de una situación de inferioridad física o psicológica o de una situación de necesidad, o haciendo promesas o dando sumas de dinero u otras ventajas a quienes tengan autoridad sobre la persona para que se permita su entrada en el territorio del Estado, permanencia en él o salida, así como su traslado interno. La pena aumentará de un tercio a la mitad si los hechos descritos en el primer párrafo afectan a menores de 18 años o se cometen con propósito de explotación, de prostitución o de someter a la persona a extracción de órganos. (...)”

52BELTRAND, Diego. Valores, Conceptos y Herramientas Contra la Trata de Personas: Guía para la Sensibilización. Bogotá: OIM, 2006. p. 16: “Estos elementos muestran acciones que limitan la libertad personal (...)”

Tão importante quanto identificar condutas passíveis de enquadramento como “Trata” de pessoas, ou tão importante quanto se estabelecer sanção para tais condutas, é criar mecanismos para resgate das pessoas submetidas à “Trata”, ou seja, o resgate das vítimas.⁵³

Há como decorrência do que se entende por “Trata” de pessoas, compromissos de criminalização da trata. Entretanto, a atuação efetiva só é possível por meio de uma flexibilização do controle migratório nas fronteiras. A única forma de combate é converter a atividade de criminalização e o rígido controle migratório, pelo acolhimento individual os migrantes.⁵⁴

Dessa forma há a necessidade de medidas amplas e suficientes para atendimento e proteção individual das vítimas, ao mesmo tempo em que há forma rigor no controle de migração de cada Estado⁵⁵. A questão essencial entretanto tem relação com a condição da pessoa submetida à “trata”, ou submetida a uma condição pessoal peculiar, que é de escravidão, uma forma de escravidão já reconhecida.⁵⁶

Neste ponto, há o problema: a estética domina toda a

53Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 139: “(...) Poner en práctica medidas para que las operaciones de ‘resgate’ no vulneren aún más los derechos y la dignidad de las víctimas de la trata de personas. Esas operaciones deben llevarse a cabo únicamente después de haber establecido procedimientos apropiados y adecuados para atender a las necesidades de las víctimas cuyas libertad se obtenga de esa manera.”

54EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006. p. 35: “En su artículo 5º, inciso 1, el Protocolo contra la Trata llama a los Estados no sólo a combatir el delito y castigar a sus agentes sino también a prevenirlo, a dar protección a sus víctimas y asistirles en su reintegración a la sociedad. (...)”

55Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 33: “Establecer un grupo de trabajo nacional sobre la trata de personas en cada Estado miembro, que enlace con los ministerios y organismos pertinentes y formule recomendaciones con miras a elaborar un plan de acción nacional.”

56BELTRAND, Diego. Valores, Conceptos y Herramientas Contra la Trata de Personas: Guía para la Sensibilización. Bogotá: OIM, 2006. p. 15: “Todo el proceso de la trata busca llevar a la persona a una situación de indefensión absoluta – a costa de sus derechos más elementares – para generar un beneficio ilícito y sostenido para otros.”

expectativa de direito⁵⁷. O controle migratório e da desconstrução da imagem da “prostituta” determina o problema. A tensão que há no direito não diz respeito a vida digna, e sim no estético. O “belo” é o que se apresenta como viável e é o que se afirma como compreensão. O estético define a compreensão do que se acredita ser o melhor ponto de vista ou “razão de ser” de uma determinada avaliação da realidade. O belo não tem uma função, pois é a própria razão de ser.

O problema da verdade foi observado na ruptura entre “ente” (humano) e “ser” (condição política). A questão do ente se confunde com o problema da verdade, na medida em que o “ser” (condição política) se confunde com o “ente”. Aquilo que é aceito como evidente e justifica ausência de discussão na essência do “ser” se torna uma forma de se afastar o “ente” (humano) do enfrentamento das bases reais da realidade concreta. O “ser” não apenas é privilegiado, mas afasta a possibilidade de compreensão adequada da realidade.⁵⁸

O “ser” no controle normativo não é visto em sua humanidade, nem caracterizado, por suas aptidões físicas. O “ser” registrado no controle normativo está entre a vida e a morte. Vida em seu aspecto físico, morte em sua condição política. A condição política do “ser” passa a definir os limites da sua existência.⁵⁹

Importante observar que se buscam mecanismos de criminalização da “Trata”, na mesma medida em que se adota

57GADAMER, Hans-Georg.. Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Enio Paulo Giachini. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 79.

58HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 145: “(...) Assim não é de admirar que uma questão como a que se refere aos modos de significação do ser não tenha progredido, enquanto se pretende discuti-la com base num sentido não esclarecido de ser que o significado ‘exprime’. O sentido permaneceu não esclarecido por que foi tomado por ‘eviente.’”

59AGAMBEN, Giorgio. O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de Sítio).p. 82.

maior rigor migratório. Há nítida separação entre a preocupação com o “ser”, relacionado à prostituição e ao controle migratório, e ao “ente”, a pessoa humana submetida à “Trata”. Entretanto, é incompatível o controle migratório e a imagem da atividade de prostituição, com o amparo às vítimas de “Trata”.

3.2 A VÍTIMA DA “TRATA”

A conduta identificada como “Trata” pode ser observada nas diversas formas de servidão, e na condição pessoal perante o Estado, regularidade formal em relação ao visto, ou dependência financeira, por exemplo. É necessário apoio para que as vítimas sejam amparadas.⁶⁰

“Trata de personas” em parte merece atuação dos diversos estados nacionais, em razão de compromissos assumidos internacionalmente. Na análise concreta da atuação há complicações no aspecto operacional concreto de migração, ou seja, em parte há um compromisso internacional, que no caso concreto é verificado na análise da condição de permanência de um imigrante, que no amparo efetivo.⁶¹

60Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 140: “Los tratantes de personas utilizan diversas técnicas para mantener esclavizadas a sus víctimas. Algunos las mantienen encerradas bajo llave. Sin embargos, más frecuente es el empleo de técnicas menos ostensibles como las siguientes:

Servidumbre por deuda (...)

Aislamiento del público (...)

Aislamiento con respecto a los familiares y miembros de su etnia y comunidad religiosa

Confiscación de pasaportes, visados o documentos de identidad

Ejercicio de la violencia contra las víctimas o su familia o amenaza de aplicarla

Amenaza de deshonorar a las víctimas revelando las circunstancias a la familia

Decir a las víctimas que si toma contacto con las autoridades serán encarceladas o deportadas por violar las disposiciones de inmigración.

Control del dinero de las víctimas (...)

61JORDAN, Ann. Manual Derechos Humanos y Trata de Personas. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 16: “(...) en el contexto de la Trata de Personas, un gobierno es

De fato a análise de condutas de “Trata” não pode se restringir aos traficantes, diante da própria pessoa da vítima, que precisa ser tutelada. Não há como se conceber o não compromisso de resgate de cada uma das vítimas.⁶²

Tráfico de pessoas impõe para as vítimas complicações na relação de trabalho concreta, não apenas pelo idioma muitas vezes desconhecido para as vítimas. A própria condição peculiar da vítima de servidão, já define um aspecto peculiar de total subserviência.⁶³

O apoio necessário para as vítimas é o ponto fundamental de toda e qualquer conduta estatal. A relevância de qualquer compromisso internacional em sede de “Trata” só tem relevância se houver utilidade para as vítimas. O aspecto determinante de qualquer conduta estatal passa pelo resgate individual de cada vítima.⁶⁴

Dessa forma, deve haver disponibilização de serviço próprio assistencial para cada vítima, pelo apoio direto, consi-

responsable por los actos cometidos por sus propios actores, tales como oficiales de inmigración, patrulleros de frontera o policías. Los principios de los Derechos Humanos facultan a las personas para que señalen a los gobiernos y los hagan rendir cuentas bajo la ley internacional.”

62Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 153: “A veces, en la urgencia de cumplir otros objetivos, como la actuación contra los traficantes, los Estados centran su interés en las víctimas por la información que pueden proporcionar o por su utilidad para el sistema de justicia penal.”

63ACERO, Misael Tirado. Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes – Escena en Colombia. p. 23: “Las condiciones de trabajo de estas personas son complejas por varios tipos de limitaciones que aumentan cuando el caso es de tráfico internacional. En primer lugar, hay una limitación en la comunicación puesto que, en la mayoría de los casos, no saben decir ni una palabra del idioma del país donde arriban, lo cual no sólo dificulta la vida social con sus compañeros y con el administrador del lugar, sino que también limita la posibilidad de negociar con los clientes. Así mismo, las personas que llegan a estos países deben pagar el costo de su viaje, los primeros meses de trabajo pueden no recibir ningún tipo de pago, sólo se les da un lugar donde dormir y las comidas.”

64Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 124: “Existe el peligro de que los Estados traten a las víctimas como simples peones en su lucha contra los traficantes y no como seres humanos que necesitan protección y asistencia y merecen respeto.”

derando serviços telefônicos, com tradutores, bem como profissionais de saúde ou assistência social treinados para o amparo adequado, tendo em vista a recolocação da vítima no país de origem.⁶⁵

3.3 PRIVACIDADE DA VÍTIMA

As vítimas, submetidas à “Trata”, são estigmatizadas, em razão da relação da imagem da pessoa explorada à atividade de prostituição. Há um aspecto valorativo grave, que decorre da própria exploração sexual. A “proteção” e a “mulher estigmatizada” representam pressupostos fundamentais, como atitude positiva, tendo em vista a separação da escolha individual e a condição pessoal de exploração.⁶⁶

A questão tem relação com a forma, como o Estado apoia as vítimas, ou como o Estado identifica cada caso oferecendo oportunidades, ou como o próprio Estado administra o resgate de cada vítima. Basta lembrar que a simples comunicação direta é uma limitação e em geral das vítimas que, além do exercício da atividade de prostituição, possuem condição formal de irregularidade perante o Estado.⁶⁷

65Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 124: “Cuando sea posible, deben existir servicios telefónicos de urgencia y de acción exterior capaces de responder en idiomas extranjeros. Los servicios encargados de hacer cumplir la ley, de inmigración, salud y de carácter social y otros colectivos profesionales también deben tener la posibilidad de recurrir a esas líneas telefónicas de urgencia para remitir a las víctimas a los servicios apropiados.”

66LOZANO, Sandra Milena Cardozo. Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution. p. 172: “Rather than reducing the vulnerability of prostitutes, states are increasing their isolation and dependence on the criminal protection of men, which is legally and socially separated. The laws that seek to protect women indeed effectively exclude women, stigmatized as prostitutes, by not distinguishing between individual choice – consent – and coercion – slavery.”

67Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 123: “El resultado de estas técnicas es atemorizar a las víctimas. El aislamiento de las mismas se ve acentuado por el hecho de que muchas de ellas no hablan el idioma del lugar de destino y provienen de Estados donde se teme la acción

Dessa forma a “Trata” de pessoas é enfrentada de forma problemática, por inúmeras limitações, especialmente, no que se refere aos mecanismos de alcance das vítimas, especialmente diante da condição pessoal de imigrante (i)legal da grande maioria.⁶⁸

Dessa forma, a proteção das vítimas enfrenta inúmeras controvérsias sobre a repatriação, considerando laços familiares e apoio. A repatriação não pode ser lidada no campo a regularidade do visto, ou condição pessoal de migração⁶⁹, como é a regra geral. Da mesma forma não é possível assistência das vítimas, caso não seja preservada a intimidade delas. A privacidade da vítima deve ser respeitada, diante da inerente exposição e condição pessoal a qual é submetida.⁷⁰

A proteção internacional decorre da própria questão envolvendo o tráfico, que é verificada em uma atividade migratória, mas que encontra no Estado uma preocupação que não vai além da realidade migratória. Todos os estados que se comprometeram internacionalmente devem adotar políticas internas favoráveis para a proteção das vítimas da “Trata”, mas que

de la ley.”

68Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 140: “Enmendar las leyes penales y demás legislación para introducir la definición de ‘trata de personas’ y dar a quienes aleguen ser sus víctimas la oportunidad de manifestarlo en las actuaciones adecuadas, incluidos los procedimientos para deportarlas como inmigrantes ilegales y los procesos en que se les enjuicie por delitos que supuestamente hayan cometido mientras eran víctimas.”

69Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 163: “El Plan de Acción de la OSCE contra la Trata de Personas recomienda que sólo se decida la repatriación de un menor que haya sido víctima de la trata tras considerar todas las circunstancias del caso, y si existen familiares o instituciones especiales en el país de origen que garanticen la seguridad, la protección, la reinserción y la rehabilitación del menor.”

70Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 173: “(...) Cuando proceda y en la medida que lo permita su derecho interno, cada Estado Parte protegerá la privacidad y la identidad de las víctimas de la trata de personas, en particular, entre otras cosas, previendo la confidencialidad de las actuaciones judiciales relativas a dicha trata.”

restringem o amparo à vítima ao próprio controle migratório.⁷¹

Nesse contexto, a política governamental deve atuar na limitação do tipo de estratégia adotada para exploração, por meio da restrição migratória, ou maior rigor criminal, mas visando prioritariamente a pessoa. Não há combate efetivo da “Trata”, sem não há política interna amplamente divulgada de apoio governamental. É necessário flexibilizar o controle migratório, como condição para qualquer compromisso político sobre a exploração sexual de pessoas.⁷²

CONCLUSÃO

Diante dos aspectos apresentados neste trabalho as conclusões descritas abaixo foram observadas.

1 A “Trata” de pessoas representa a forma de escravidão moderna, que precisa ser verificada e combatida.

2 Os principais aspectos da “Trata” de pessoas são observados na migração de pessoas, para trabalho forçado.

71Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones Unidas. Nova York, 2007. p. 22: “El párrafo 2 del artículo 37 de la Convención contra la Delincuencia Organizada estipula que para hacerse parte en uno de los Protocolos, un Estado debe ser primero parte en la Convención. Las disposiciones de todos los protocolos de la Convención ‘se interpretarán juntamente con éste, teniendo en cuenta la finalidad de esos protocolos’ (...). Sin embargo, las disposiciones de un protocolo particular son vinculantes para los Estados Parte sólo si éstos también son parte en ese Protocolo.”

72JORDAN, Ann. Manual Derechos Humanos y Trata de Personas. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003. p. 85: “Las políticas gubernamentales existentes se limitan predominantemente a este tipo de estrategias, tales como las políticas de restricción a la inmigración y las acciones criminales más severas. Esos enfoques no sólo tienen unos efectos limitados de prevención, sino que tienden a la larga a obrar contra las personas objeto de Trata en vez de ser a su favor, por ejemplo, al restringir la libertad de movimiento de personas provenientes de determinados países, al utilizarlas como testigos para combatir el crimen organizado en el interés del Estado, sin ofrecerles la protección correspondiente. En forma significativa, las medidas de represión son las más obvias, las más fáciles de implementar y las más atractivas para los gobiernos en términos de correspondencia a los diversos intereses del Estado. Combatir la Trata de Personas entonces se traduce en la legitimación de intereses muy diferentes a los de las personas objeto de Trata.”

3 Verifica-se que a prostituição se apresenta como aspecto de maior relevância para repressão da “Trata” de pessoas.

4 As propostas para repressão e combate da “Trata” de pessoas se restringem ao controle migratório, em que não há preocupação especial quanto à forma de acolhimento das vítimas.

5 É preciso que o país de destino das vítimas da “Trata” de pessoas sejam países de acolhida, por meio de apoio material e medidas concretas e efetivas de reparação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERO, Misael Tirado. Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes – Escnna en Colombia.
- AGAMBEN, Giorgio. O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução: Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de Sítio).
- ARENT, Hanna. A Condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BELTRAND, Diego. Valores, Conceptos y Herramientas Contra la Trata de Personas: Guía para la Sensibilización. OIM, Bogotá, 2006.
- CASTRO, Edgardo. Diccionario Foucault: temas, conceptos y autores. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintinuno, 2011.
- EZETA, Fernanda. La Trata de Personas Aspectos Básicos. México, DF: OIM, 2006.
- Manual para la lucha contra la trata de personas. Naciones

- Unidas. Nova York, 2007.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade. 2v. O Uso dos Prazeres. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12 ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método I: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Enio Paulo Giachini. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- JORDAN, Ann. Manual Derechos Humanos y Trata de Personas. Traducción: José Gabriel Borrero e Gerardo Heller. 2 ed, Bogotá: Alianza Global Contra la Trata de Mujeres, 2003.
- KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- LOZANO, Sandra Milena Cardozo. Feminist Debate around “Trafficking” in Women for the Purpose of Sexual Exploitation in Prostitution.
- NEGRI, Antônio e HARTDT, Michael. Multidão: Guerra e Democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- Principales diferencias entre Tráfico y Trata de personas.
- PAINE, Thomas. Direitos do Homem. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2005.
- RAFECAS, Daniel. Historia de la Solución Final: Una indagación de las etapas que llevaron al exterminio de los judíos europeos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. El espectador emancipado. Traducción: Ariel Dilon. Buenos Aires: Manantial, 2011.
- SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Tradução: Luiz João Baraúna. 1v. São Paulo: Nova Cultura. 1988.